

Nem soberanos, nem vassallos: cidadãos

*** JOSÉ NEUMANNE**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem encontrado muito relevantes motivos para sentir saudades do tempo em que andava pajeando sua candidata à própria sucessão, Dilma Rousseff, pelo País afora. Sem a presença do patrono no palanque, a candidata do PT à Presidência da República em outubro que vem já deu mostras de que não será tão fácil como imagina *noço* guia genial dos povos da floresta tropical, da roça no cerrado e dos morros da periferia operar o milagre da transformação do prestígio e da popularidade pessoais dele nos votos intransferíveis com que espera elegê-la sucessora.

Ela foi ao Rio, lá posou com Anthony Garotinho e elogiou o marido de Rosinha com tanto entusiasmo que, em vez de a ex-governadora fluminense ficar enciumada, quem ficou foi o aliadíssimo Sérgio Cabral, notoriamente inimigo fígado do líder campista. Depois, em prosseguimento ao vale de lágrimas com que pretende abrandar a imagem de Dama de Ferro das Alturas aos Pampas, visitou o túmulo de Tancredo Neves no cenotáfio do avô de Aécio. Este se sentiu no direito de reclamar de tal oportunismo, pois, mesmo sendo neto, se negara a tirar proveito eleiçoireiro da efeméride. Para não perder a ocasião de mostrar essa sua vocação para colecionar inimigos e enxotar aliados, a candidata do ex-Lulinha paz e amor resolveu cutucar o alto tuacanato com vara curta ao lembrar uma tal de “chapa Lulécio”, que, reunindo o presidente e o ex-governador, teria feito, em 2006, um estrago desgraçado na votação de Geraldo Alckmin no Estado natal daquele outro Alckmin, o José Maria. Mas, mostrando que não foi das melhores alunas de tiro do capitão Lamarca à época da guerra suja, em vez de alvejar o inimigo, acertou o próprio joelho ao propagar a “cristianização” do oponente, José Serra, no segundo maior colégio eleitoral da Federação (e berço de Cristiano Machado, abandonado pelo PSD, que, em 1950, preferiu sufragar o petebista Getúlio Vargas), ao juntar seu próprio nome ao do candidato do PSDB ao governo mineiro, Antônio Anastasia. O ex-governador paulista adorou a sugestão de “Dilmasia”, por lhe ter lembrado azia e neoplasia. Mas o candidato governista Hélio Costa, do PMDB, detestou e obteve dela um pedido de desculpas. Por fim (e o PT espera que por último), em São Bernar-

nardo do Campo, berço do lulismo, criou polêmica ao se vangloriar da coragem de ter ficado no País, enquanto outros não ficaram, insinuando covardia de quem preferiu o exílio aos rigores da tortura nos cárceres da ditadura. É claro que, depois, se diria mal entendida. Mas só isso já deve ter bastado para mostrar ao paraninfo que, sem a ajuda dele, em sua atuação solo, até agora, a candidata tem disparado mais contra o próprio pé que atirado na cabeça do adversário.

Ainda é cedo para dizer que efeitos esses desatinos podem provocar no devaneio continuista da companheirada. Mas pode ser que tenham servido de combustível para turvar o costumeiro senso comum, principal virtude pessoal e política do presidente da República. Do topo de seus 73% de apoio popular, Sua Exce-

Nem o mais popular presidente da História pode ficar acima do poder impessoal da lei

lência já vinha violando de maneira exagerada dois pecados capitais, a vaidade e o orgulho. Mas nem um extremado grau de soberba pode justificar isoladamente as investidas que Lula fez, continuada e deliberadamente, contra a legislação eleitoral e a Justiça especializada que existe para fazer com que ela seja cumprida. Em duas ocasiões ele debochou para plateias loucas para bajulá-lo das multas que lhe foram aplicadas por anteciper uma campanha eleitoral que não tinha sido (nem foi ainda) iniciada. Em vez de “arrecuá os arfe para garantir o resultado”, como ensinam os técnicos no futebol da várzea, o ex-peladeiro perguntou ao público que o aplaudia quem se disporia a pagar por ele as multas cobradas.

E foi além. Na abertura de um encontro de tradicional aliado do PT, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), cujo modelo de gestão é o da Albânia, o país mais atrasado da Europa e até recentemente uma das ditaduras mais cruéis do planeta, disse literalmente: “Não podemos ficar subordinados ao que um juiz diz que podemos ou não fazer.” Depois, em São Bernardo do Campo, tentou corrigir o incorrigível dizendo-se (como Dilma o faria na ofensa aos exilados da ditadura) mal interpretado. Ao tentar negar o inegável, disse que, de fato, havia criticado os partidos políticos, que nada fazem para o Congresso Nacional aprovar uma legislação clara que balize definitivamente as decisões do Judiciário. Se o soneto foi péssimo, a emenda não foi lá uma obra prima. O presidente da República é o chefe partidário que tem mais poder no Legislativo

na história recente do Brasil. Se ele quisesse, poderia ter proposto uma legislação eleitoral mais clara, que defendia mais os interesses dos representados e menos os dos representantes. Não o fez não porque não quis, mas por formar parte da elite dirigente, nada empenhada em garantir a igualdade de oportunidades para quem se candidata a mandatos executivos ou a representatividade mais justa da cidadania no Poder Legislativo. E mais interessada em assegurar os próprios privilégios por meio do continuísmo. Foi isso, aliás, que motivou esse palpite infeliz.

Ao reagir ao destempero do maior do Executivo, o chefe do Judiciário deu a resposta cabível: “Nós não temos soberanos. Todos estamos submetidos à lei.” A democracia é o Império da lei. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, encontrou a palavra certa para responder ao desafio de Lula. Numa democracia, não há soberanos, cuja vontade determine o destino de todos. Nem vassallos pagando impostos para servi-los. No Estado Democrático de Direito, todos são cidadãos: do engraxate, que Lula foi na infância, ao presidente da República, cargo que ele ocupa por delegação legítima da maioria da cidadania. Os direitos do engraxate e os deveres do chefe de Estado são fixados pela lei impessoal e, só esta sim, suserana.

* JORNALISTA E ESCRITOR. É EDITORIALISTA DO 'JORNAL DA TARDE'

SINAIS PARTICULARES



Dilma Rousseff

Fórum dos Leitores

CORRUPÇÃO NO DF Libertação de Arruda

Foi juridicamente incensurável a libertação do ex-governador José Roberto Arruda da prisão. Tratou-se de prisão preventiva destinada a resguardar a investigação do esquema de corrupção no Distrito Federal (DF) da influência de Arruda na deturpação das provas, em seu benefício, para que o Ministério Público tivesse dificuldades no oferecimento da denúncia ou para facilitar futura absolvição. Erradicada a causa, suprime-se o efeito. Nas atuais condições, Arruda não reúne mais as mínimas condições de tentar subornar testemunhas, até porque depois da cassação isso seria de uma temeridade insana. Assim, bem votou Fernando Gonçalves, relator do inquérito sobre o “mensalão do DEM”. O mais é alarido e inconformismos que devem ser manifestados no terreno

próprio, ou seja, na seara política, em que as leis podem ser modificadas, desde que observado o primeiro princípio de nossa Constituição, o do Estado de Direito Democrático, tão caro a todos aqueles que experimentaram a tragédia de viver sob uma ditadura.

AMADEU R. GARRIDO DE PAULA
amadegarridoadv@uol.com.br
São Paulo

Barba crescida

Quem viu a foto do sr. José Roberto Arruda saindo da prisão ficou até com pena, não? Ele estava usando o mesmo disfarce do sr. Paulo Maluf quando deixou a prisão: barba crescida. Demonstra fragilidade, mas não engana. Apenas faz com que pareçam, cada vez mais, com os famosos “irmãos Metralha”.

RICIONI UOVESI FILHO
ricionti@uol.com.br
Americana

FATOR CIRO Jogo de cena

Os próximos dias devem demonstrar que toda essa pantomima do PSB em torno de uma possível candidatura de Giro Gomes à Presidência da República não passou de uma estratégia de “criar dificuldades para vender facilidades”. Todo esse jogo de cena protagonizado pela dupla Giro Gomes e Eduardo Campos, presidente nacional do PSB, não passou de uma forma de manter o PSB na mídia e tentar furar o bloqueio feito pelo PMDB em torno da vaga de vice-presidente na chapa de Dilma Rousseff. Enquanto Giro, no seu estilo “metralhadora giratória”, jogava fariinha no ventilador, Campos, com seu estilo “água com açúcar”, ficava encarregado de juntar os cacos e acalmar a petralhada. Com o afunilamento das decisões, o fim dessa peça já está escrito. Em

breve, como se estivesse chaman-do o feito à ordem, Campos vai fazer um apelo, em nome do partido, para que Giro renuncie às suas pretensões presidenciais em 2010, oferecendo ao cearense uma saída honrosa. Alguém duvida?

JÚLIO FERREIRA
julioferreira.net@gmail.com
Recife

Bola cantada

O que Giro queria mesmo, e seguirá, é um ministério. Só falta definir se num governo Serra ou num governo Dilma. Se ele desiste da candidatura à Presidência e Dilma vence, ganha um ministério. Se mantiver a candidatura, Serra vence e ele ganha seu ministério. Agora, se ele desiste e Serra vence, um abraço.

ODAIR PICCIOLLI
pedraseartes@suednet.com.br
Extrema (MG)

PALANQUE Gafes

Se José Serra pretende ganhar a eleição para a Presidência, basta deixar Dilma Rousseff fazer e falar o que lhe vier à cabeça. A mulher é um desastre na oratória. Em uma semana, cometeu dois desatinos – o caso Dilmasia, em Minas, e um comentário interpretado como crítica aos exilados da ditadura. Vai acabar morrendo pela boca, como ratos e peixes.

CLODOMIR DE JESUS REDONDO
clodoredondo@bol.com.br
Araçoiaba da Serra

TEATRO Antunes Filho

A matéria *Policarpo em cinco olhares* (9/4, D8 e D9) faz justiça ao maior diretor de teatro do Brasil. Também renova o conceito que nós, assinantes e admirado-

Medicaid é por impostos. O Estado americano escolheu atender os idosos e os pobres. Quem não é elegível aos programas públicos nem tem plano de saúde, paga do bolso ou fica sem atendimento, o que se mostra coerente com a filosofia individualista dessa sociedade, em contraste com a visão de solidariedade que prevalece na comunidade europeia. O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro se inspira nos modelos europeus, mas sem os recursos necessários para desempenhar seu papel.

Nos Estados Unidos, até agora o seguro-saúde é regulado pelos Estados, com escassa regulação federal. Era o contrato de seguro-saúde que estabelecia as condições de cobertura e suas cláusulas que permitiam negar cobertura para pessoas com doenças pré-existentes, excluir

Quem não é elegível aos programas públicos nem tem plano de saúde, paga do próprio bolso

segurados de altos custos, variar sem limite os preços entre as faixas etárias, fixar limites financeiros para as despesas, exigir coparticipação no pagamento dos procedimentos em valores que superavam a renda das pessoas, entre outros. Já no Brasil, a regulação, de 1998, veda todas essas limitações.

O presidente Obama, durante sua campanha, prometeu enfrentar as questões do crescimento exorbitante das despesas e a exclusão de muitos americanos dos serviços de assistência à saúde. Senado e Câmara aprovaram projetos de reforma, mas sem contemplar todos os dispositivos prometidos.

A empreitada era previsivelmente árdua, como atestado pelas inúmeras propostas rejeitadas, especialmente no que toca à contenção da escalada das despesas. É que despesas de alguns são receitas para outros e os que as perdem colocam insuperáveis obstáculos à efetivação da reforma. Assim, pouco de concreto havia nos projetos aprovados em relação à contenção dos gastos.

A lei sancionada, na verdade, acrescenta custos ao sistema de saúde na proporção em que são sobretaxados os seguros de mensalidades altas, os serviços médicos ou os materiais e medicamentos. Resta ver se poderá cumprir seu outro objetivo, que é a universalização do acesso. O projeto sancionado é passo importante nessa direção porque aumenta a linha de corte da renda que torna os pobres elegíveis ao Medicaid.

A reforma é, na verdade, a universalização do seguro-saúde privado com subsídios do gover-

no. Entenda-se bem: não se trata da universalização do direito individual à saúde e dever do Estado, como estabelece a Constituição brasileira. Ao contrário, a lei americana fixou como dever das pessoas terem, e das empresas de oferecerem, seguro-saúde e fixou multas pelo descumprimento. Ao indivíduo capaz cabe a responsabilidade financeira por seu seguro-saúde.

A lei torna o seguro-saúde obrigatório e subsidia as mensalidades sempre que superarem certo percentual da renda. Obriga as empresas a oferecerem planos para seus colaboradores, também com subsídios para as pequenas e multa pelo não cumprimento. Veda às seguradoras negarem cobertura em razão de doenças pré-existentes e de interromperem unilateralmente os contratos. Obriga os planos das empresas a manterem como segurados os seus aposentados. Cria uma bolsa/mercado para facilitar a aquisição do plano. Fixa limites à variação das mensalidades entre as faixas etárias. Monitora os reajustes de preços.

A nova lei de saúde americana é um avanço. No entanto, o contraste com os sistemas de saúde europeus não poderia ser maior. Na Comunidade Europeia prevalecem sistemas em que é dever do Estado prover saúde, financiada por impostos. O Brasil entende saúde como dever do Estado e direito da pessoa, a ser financiada por contribuições sociais. Como o Estado não tem conseguido cumprir adequadamente com esse dever, as pessoas escolhem, mesmo sem abdicar do seu direito constitucional, contratar planos privados de saúde.

A sociedade americana fez outra escolha – reservou para o Estado a proteção a miseráveis e idosos – e responsabiliza os indivíduos por sua própria cobertura. O avanço de agora obriga as pessoas a terem seguro-saúde, o que já é uma intervenção do Estado, e adiciona mais componente estatal, que é o subsídio. O Estado americano passa a ter maior ingerência regulatória no sistema de saúde, embora ele continue privado em sua essência.

Essas duas escolhas que as sociedades devem fazer. Serão determinadas por suas histórias, crenças, religiões, culturas, níveis de instrução e riqueza. Se haverá alguma que seja inequívoca e universalmente superior e venha a se sobrepor às outras é difícil dizer. Não parece que isso esteja no horizonte.

* SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE ESTUDOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR. FOI MINISTRO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

res, temos do **Estadão**: um jornal que se reinventa na forma sem agravar sua principal qualidade, o conteúdo. Cumprimentos aos diretores de redação e vida longa a Antunes Filho!

GABRIEL VILLELA, diretor teatral
gabrielvillela@uol.com.br
Carmo do Rio Claro (MG)

Deleitei-me com as duas páginas inteiras com cinco críticas competentes ao trabalho de interpretação atualíssimo que Antunes Filho fez com o texto de Lima Barreto. Como diretor do Sesc-SP, fã dessa peça de Antunes e leitor mais que assíduo do **Estadão**, fico feliz que essa produção tenha como resultado um impacto significativo na cena teatral brasileira, reconhecido pelos excelentes críticos que a analisam.

DANILO SANTOS DE MIRANDA
danielo@sescsp.org.br
São Paulo